

**Fraternidade
sim
Violência não**
IV - contra o índio

Bugres bêbados e preguiçosos, como são chamados pelos brancos, os 12 mil índios caingangues e guaranis que habitam as reservas oficiais ou não-oficiais do Rio Grande do Sul, sobrevivem em estado de lastimável miséria. Dela só escapam, normalmente, os caciques favorecidos pela corrupção, pela manipulação do dinheiro obtido em arrendamentos de terras ou pela exploração ilegal de madeira, como denuncia a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) ao pedir a extinção do órgão responsável pelos indígenas, a Funai.

A violência contra o índio não é recente, porém. Nos últimos 70 anos foram registradas agressões e assassinatos de indígenas ao mesmo tempo em que suas reservas foram diminuídas em mais de 40 mil hectares. Na verdade pois, ao contrário do que diz o texto da CNBB, nos seus impressos sobre a Campanha da Fraternidade, os índios não são "vítimas de uma violência oculta". A violência contra o índio não tem sutilezas: é tão direta quanto o desprezo que o coloca na categoria de um bugre inútil, bêbado e preguiçoso, como diziam as cartilhas escolares, sem entender sua cultura e sem compreender que os indígenas, aprisionados pelos colonizadores, simplesmente não conheciam a escravidão.



As famílias indígenas sobrevivem nas reservas em estado lastimável de miséria

Espezinharam sua cultura e passado

Índio não servia nem para ser escravo de tão preguiçoso que era. Assim rezam até hoje as cartilhas escolares. Mas se o estudante branco engole esta afirmação sem danos pessoais, os pequenos indígenas que estão frequentando as escolas nas reservas por certo sentem-se diminuídos. Não é a única violência impingida pelo ensino. A história do Brasil começa a 1º de abril de 1500 também para eles, de acordo com a literatura escolar, que continua ignorando seu passado e sua cultura. Não há escolas bilingües — como prevêm as teorias indigenistas — com exceção de Guarita. E o índio que quiser ultrapassar a 5ª série primária para completar o 1º grau terá, forçosamente, que abandonar a reserva.

“Sem alternativas de autodeterminação o índio se desestruturou”, raciocina o presidente da ANAI. “E então recorre, normalmente, ao alcoolismo como uma maneira de fugir a este destino ingrato”.

Mas nessa questão de autodeterminação — que Gaiger define como uma das grandes violências contra os índios — ele inclui o item canalização de recursos financeiros como fator negativo, na situação do indígena. Ao passar pelo chefe de posto não-índio e pelas da autoridade indígena, o dinheiro costumava ser manipulado gerando insatisfação e divisão na tribo. “Quando os índios liderados por Nelson Xangrê tentaram mudar esta situação em Nonoai em 1978, aprisionando as máquinas agrícolas para serem usadas por todos, a Funai reteve o óleo diesel e os corretores para a lavoura”, narra o presidente da ANAI. “Então os índios ficaram com as máquinas paradas sem poder plantar as lavouras. No fim, Xangrê foi forçado a sair da reserva”.

Ele ainda alinha, no rol das violências feitas aos índios, os tais critérios de indianidade que começaram a ser arquitetados em 1980 para sanar “falhas da legislação indigenista”. Vale lembrar que em 1980 o mais famoso índio brasileiro, Mário Juruna, convidado para viajar à Holanda só conseguiu sair do País graças à ação de habeas-corpus. A idéia que fundamenta os critérios de indianidade, diz Gaiger, foi provocada pelo incômodo que certos índios causam à Funai, forçada por lei a protegê-los. “Queriam aplicar a Lei de Segurança Nacional no Juruna na época mas como o índio não é penalmente responsável a

Funai ficou no maior constrangimento”, lembra Gaiger.

Os critérios de indianidade rejeitam até mesmo a definição científica do que seja um índio ou descendente do índio contidas no artigo 8º do Estatuto do Índio. Através de portaria interna a Funai não julga mais índio “aquele que possua origem ou ascendência indígena, que se identifique ou seja identificado com o grupo étnico indígena”, como diz o artigo. Agora levam-se em conta fatores biopsicológicos, fator sanguíneo e, por incrível que pareça, a mancha mongólica das nádegas. “Em caso de dúvida ordenar-se que um índio baixe as calças para ver se tem a manchinha”, observa Gaiger. “Estes critérios fariam inveja ao racista Adolf Hitler”.

Sem duvidar das más intenções dos critérios de indianidade — que serviram para culpar índios rebeldes penalizando-os criminalmente e que também servirão convenientemente para diminuir a população das reservas em caso de indenizações por transferências de áreas — Gaiger lamenta a violência praticada contra os indígenas. Ele lembra que ao contrário da pregação das cartilhas o índio não era preguiçoso como dizem os mestres. Ele simplesmente não sabia o que era escravidão.

Histórico de agressão e violência

Não é preciso sutileza para agredir os índios. Pode-se moê-los a pancadas, divertir-se atropelando-os quando desfilam embriagados nas estradas que conduzem às reservas. Pode-se violentar suas mulheres. Pode-se mesmo matá-los e candidatar-se à impunidade eterna. Durante os episódios recentes da briga de caciques de Miraguai, um branco aproveitou-se da confusão, invadiu a reserva e atacou a mulher do índio José Maria. Depois fugiu, sem que a polícia tomasse qualquer providência. Se isso ainda acontece em 1983, como foi no passado?

Em 1925, um índio cujo nome a história não resgatou foi morto em um atentado em Cacique Doble. Em 1926, em Nonoai, um novo atentado resulta em vários mortos e feridos. Em 1941, quando o Governo desmembrou parte da área de Nonoai destinando-a a um Parque Florestal, registrou-se um surto de violência com tortura de índios, roças destruídas e ameaças constantes de maus tratos. Na década de 60, brancos invadem Nonoai e matam o índio João Cabrito a pedradas. Um índio chamado Licá escapa por pouco do mesmo destino. Massacrado, salva-se com a ajuda de parentes, mas neste episódio sua irmã é morta ao ser atropelada por uma caminhete que ninguém mais viu na região.



Um povo sem direito à justiça

Existe, nos registros de violência, o caso famoso do Cacique Doble, que morreu com sua tribo inteira depois que foi presenteado pelos brancos com roupas contaminadas por varíola, no século passado.

Ainda nesta década, posseiros invasores de Serrinha matam os índios Manuel Paulo, João Galdino e Joaquim Alfaiate.

Em 1978, o cacique Nelson Xangrê foi até a cidade de Nonoai fazer compras. Agredido a garrafadas, correu risco de vida.

Entre 1978 e 1979, quando os índios tentavam expulsar os posseiros de suas terras, os brancos costumavam agir em grupos de tocadas. Armados com facas e pedras, normalmente davam uma surra em índios que andavam solitários pelas estradas. Fazendo uma pesquisa na área durante os conflitos, a antropóloga Lígia Simonian foi obrigada a deixar de lado as teorias, ao encontrar um índio agredido na estrada. “Ele estava com um enorme corte na cabeça”, conta Simonian mais tarde. “E o sangue coagulado em seu rosto parecia um bife de fígado”.

Seus estudos registram uma morte de outro caingangue, em Ligreiro, em 1920, e no mesmo ano em Inhacorá referem-se ao brutal assassinato do cacique Tibúrcio Fong que, junto com um índio, apareceu crivado de balas. Nunca foram apuradas as responsabilidades, diz a antropóloga.

E restaram apenas 12 mil índios...

De André Pereira (textos) e Rubens Borges (fotos)



Crianças índias crescem sob o signo da violência

Os brancos aprenderam rapidamente o amargo cumprimento dos caingangues. Saudam os índios adotando a expressão com um sorriso “Iambê!” Isto significa algo mais ou menos como “Olá, meu amigo!”. Os brancos que moram nas proximidades das sete reservas indígenas oficiais do Rio Grande do Sul ou das outras que não são reconhecidas pela oficialidade, servindo de residência para os calculados 12 mil índios gaúchos, sabem utilizar o termo amigável com generosidade.

Não poupam “Iambê!” quando chegam nas reservas procurando terras para arrendar, quando ofertam garraões de cachaça, quando querem comprar a madeira valiosa das matas nativas ou quando, contendo risos sarcásticos, levam pechinhas às tribos oferecendo carros velhos e incontáveis consumidores de gasolina por preços exorbitantes. Os risos contidos explodirão mais tarde, fora da reserva, na conversa dos brancos à porta de um bar. Diante de uma platéia divertida, o ranco contará como enrolou os bugres burros e bêbados, mais uma vez. Cumplice o auditório aprovará o gesto porque afinal de contas os bugres estão aí para serem enganados.

“Os índios vêm sendo enganados desde o descobrimento do Brasil”, lembra a antropóloga Lígia Simonian, do Museu Antropológico Diretor Pestana, de Ijuí, uma das mais credenciadas estudiosas da problemática indígena no Rio Grande do Sul. “A questão da violência contra o índio começou com a presença dos colonizadores europeus ao chegarem aqui em 1500 quando começaram a utilizar o indígena para fornecer alimentos e tentarem organizar seu trabalho, contrariando toda sua cultura”. A raíz do problema está aí, “com a primeira exploração do índio e de suas terras”.

Suas cobichas terras. Para o presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), o jovem Júlio Gaiger, o primeiro rampo da violência, sobre o indígena está exatamente na questão das terras, que o branco foi tomando aos golpes, durante os séculos que se seguíram até os dias de hoje, quando continua expropriando suas reservas. Como observa Gaiger, os brancos não se importam com o caráter patriótico, com o senso telúrico

ou com a importância que a terra representa para a base estrutural da formação dos índios. O branco contrapôs sua crença de que a terra só serve para a exploração. E impôs essa fé ao indígena.

Historicamente usurpado, depois confinado em reservas, o índio prosseguiu sofrendo por causa da terra. Nos tempos atuais há áreas que nunca foram demarcadas e há outras reservas que foram extintas, sem contar o caso mais recente de Miraguai em que, mediados pela Funai, os índios racharam ao meio a Guarita. No dia 16 de abril de 1980, os índios entregaram um documento ao governador Amaral de Souza relatando a usurpação das suas terras no Rio Grande do Sul. Diziam que o Posto Indígena de Nonoai, por exemplo, originalmente possuía 34.908 hectares conforme demarcação feita em 1911. E hoje, sem descontar áreas ocupadas por grandes posseiros como Tisiani e Dall’Asta, restam apenas 13.710 hectares para os índios em Nonoai.

No documento escreviam ainda que o Toldo de Serrinha onde em 1911 tinha sido demarcada uma área de 11.950 hectares foi simplesmente extinto.

Nada restando para os índios, eles foram saindo da reserva, espalhando-se por sua proximidade e em geral se transformaram em agregados de colonos em suas próprias terras. O Toldo de Ventarria, dos originais 755 hectares, também nada restou. O Posto Indígena de Cacique Doble, mapeado em 5.450 hectares no começo do século, alinha hoje 4.508 hectares. E o Posto Indígena de Inhacorá, oficializado em 5.858 hectares em 1921. 1921, não passa atualmente de 1.060 hectares.

Lembrava ainda os índios neste documento que o Posto Indígena de Votouro diminuirá sua área de 3.104 hectares para 2.092 hectares nos dias correntes. E ainda referiam-se ao Toldo Indígena de Caseros que, mapeado com 1.003 hectares, simplesmente desapareceu das anotações oficiais, sem deixar vestígios, após 1930. Ninguém sabe se seus habitantes foram forçados a abandonar as terras ou abandonaram a área espontaneamente. Ninguém sabe que encaminhamento o Estado deu às terras, situadas no município de Lagoa Vermelha e habitadas por 100 caingangues em 1911.

Somados os números contabiliza-se uma perda de 42.120 hectares de terras indígenas apenas nestes últimos 70 anos. “Como vai viver o índio sem terra, como algum que perdeu completamente toda ela?”, indagam patéticos, os indígenas no texto encaminhado à Amaral. Espantados, criticam o governo. “Fazendo este levantamento a gente achou que foi um absurdo a atitude dos governos anteriores e deu para entender que eles achavam então que o povo indígena não iria aumentar”.

Gaiger acrescenta que, com a construção das barragens programadas para a bacia do Rio Uruguai, os índios serão, outra vez, solapados, em suas terras, nas áreas das reservas de Ligreiro e Irai. “A barragem de Machadinho, que será a primeira a ser construída, atingirá os 80 índios de Irai e os 800 de Ligreiro cobrindo com água 182 hectares”, garante o presidente da ANAI, prevendo um futuro tão sombrio como o presente que se abate sobre os moradores da Guarita hoje.

Com 23.183 hectares, a maior reserva indígena do Estado é também a que mais atrai o interesse dos buracos. O deputado Antonio Bresolin, segundo Lígia Simonian, chegou a apresentar projetos de colonizá-la em 14.487 hectares. De acordo com ela, há até um mapa elaborado pela Secretaria da Agricultura arquivado pela destituição de 7.288 hectares que seriam destinados à reserva floresta.

Por enquanto os projetos de Bresolin e a ambição da Secretaria não se concretizaram, mas a Guarita convive com a invasão de grandes proprietários como Roewer e Scharneski que ocupam terras da reserva para plantação. Convive igualmente com a exploração da preciosa madeira retirada ilegalmente da reserva. Provocando uma grossa corrupção entre os próprios índios e que culminou com a divisão da área entre dois caciques, a exploração da mata e a exploração das terras agrícolas reproduz com simplicidade o modelo de expropriação dos brancos, descobridores do País. É certo que hoje não ofertam mais as inúteis quinquilharias, tipo espelinho, com que nossos antepassados fludam os silvícolas. Mas declamam o cordial “Iambê!”, escondendo o mesmo desprezo e a mesma ambição.



Lixo e miséria: o que restou para os pequenos indígenas

ZERO HORA
04/04/83